

# Económico Corporate governance 2.0



VÍTOR DA CONCEIÇÃO GONÇALVES

13/05/15 00:05

**O título que adoptamos para este artigo apareceu no mês passado na Harvard Business Review. Numa sequência de trabalhos que a publicação tem vindo a fazer sobre a corporate governance, e que é sintoma da grande importância do tema a nível internacional.**

A crise financeira e os insucessos ruidosos de algumas instituições de grande dimensão têm feito que o tema corporate governance se tenha tornado de novo um "hot topic". No entanto, o que se tem vindo a defender não é uma revolução. Uma "corporate governance de nova geração" deverá passar por uma reconceptualização fundamentada num conjunto de princípios básicos. E há dois que são especialmente relevantes. Em primeiro lugar os conselhos de administração devem evitar a miopia estratégica, que se manifesta numa ênfase exagerada com os resultados no curto prazo, no "earnings guidance" a cada trimestre. Administrar a empresa com um horizonte temporal alargado e com alguma estabilidade no conselho é o desafio. Em segundo lugar os conselhos devem ser compostos de modo a que exista uma diversidade de experiências, capacidades e perspectivas e que o processo de avaliação do desempenho dos administradores exista realmente.

A estes princípios associa-se mais dois aspectos: 1) o dever fiduciário dos administradores onde a lealdade para com a empresa e a prudência nas decisões são fundamentais; 2) os ensinamentos que podem ser retirados de desastres empresariais que aconteceram na década passada. Neste caso vale a pena recordar algumas conclusões do estudo de Hamilton e Micklethwaith sobre as causas do insucesso de grandes empresas como a Enron, o Barings, a Parmalat, etc., e ao qual não tem sido dada a devida atenção. Essas organizações falharam porque:

- a) Existiram decisões estratégicas inadequadas em termos de produto, mercados e aquisições deficientemente avaliadas.
- b) Os Conselhos foram ineficazes pois o CEO não permitia crítica interna; a

gestão não era questionada; existia falta de independência dos administradores independentes.

c) A ganância, arrogância e desejo exagerado de poder levaram a aquisições inadequadas e isso foi facilitado por sistemas de incentivos mal desenhados.

d) Os sistemas de controlo interno eram insuficientes e/ou deficientes.

e) Além destes problemas, também existiram irregularidades contabilísticas, e actuação deficiente dos auditores externos, dos bancos de investimento e das agências de rating.

Um Governo das Sociedades (cotadas e não cotadas) cada vez melhor, é um dos grandes desafios do nosso tempo. Aprender com os erros do passado pode ajudar muito.